


A presença da ausência: um paradoxo geográfico

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.
Salinas. Minas Gerais. Brasil

leonardo.silveira@ifnmg.edu.br

 0000-0002-7082-529X

Alfredo Costa

Instituto Federal do Rio Grande do Sul.
Caxias do Sul. Rio Grande do Sul. Brasil

alfredo.costa@caxias.ifrs.edu.br

 0000-0002-1735-6711

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 26 • nº 2 (2022)

ISSN 2179-0892

e-195614

Como citar este artigo:

SILVA, L. L. S.; COSTA, A. A presença da ausência: um paradoxo geográfico. **Geosp**, v. 26, n. 2, e-195614, ago. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/195614>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2022.195614.pt>



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

A presença da ausência: um paradoxo geográfico

Resumo

A partir de uma abordagem que trata mente e matéria como planos indissociáveis, defendemos a hipótese de que, em qualquer avaliação de caráter espacial, o espaço ausente é parte do espaço presente. A presença da ausência se manifesta tanto no deslocamento de materialidades heterotópicas quanto na experiência humana, que nos permite carregar valores e impressões de paisagens e lugares que vivenciamos outrora. Assim, construímos a ideia de que a presença da ausência é um paradoxo verificado na análise geográfica. Por meio de uma abordagem epistemológica, mostramos que nossa percepção é sempre enviesada pelas experiências situadas no espaço-tempo, que ensejam alterações nos gostos e preferências que desenvolvemos acerca do espaço. A reflexão deste artigo nos permite considerar a flexibilização de nossas manifestações etnocêntricas à medida que defendemos o fato de que cada um de nós porta uma excepcionalidade mundana.

Palavras-chave: Percepção. Experiência. Espaço-tempo. Mente. Matéria.

The presence of absence: a geographical paradox

Abstract

In this article, we start from the perspective that mind and matter are inseparable planes to defend the hypothesis that, in any spatial evaluation, the absent space is part of the present space. The presence of absent space manifests itself both in the realm of the displacement of heterotopic materialities and in the realm of human experience. It allows us to carry with us values and impressions about the landscapes and places we once experienced. Thus, we propose the idea that the presence of absence is a paradox verified in geographical analysis. Through an epistemological approach, we demonstrate that our perception is always biased by experiences located in space-time, which provide changes in the tastes and preferences that we develop about space. The reflection of this article allows us to consider the flexibilization of our ethnocentric manifestations as we defend the fact that each of us is bearers of a worldly exceptionality.

Keywords: Perception. Experience. Space-time. Mind. Matter.

La presencia de la ausencia: una paradoja geográfica

Resumen

Desde un enfoque que trata mente y materia como planos inseparables, defendemos la hipótesis de que, en cualquier valoración de carácter espacial, el espacio ausente forma parte del espacio presente. La presencia de la ausencia se manifiesta tanto en el ámbito del desplazamiento de materialidades heterotópicas como en el ámbito de la experiencia humana, que nos permite llevar con nosotros valores e impresiones sobre los paisajes y lugares que alguna vez vivimos. Así, construimos la idea de que la presencia de la ausencia es una paradoja verificada en el análisis geográfico. A través de un abordaje epistemológico, demostramos que nuestra percepción siempre está sesgada por experiencias ubicadas en el espacio-tiempo, las cuales propician cambios en los gustos y preferencias que desarrollamos sobre el espacio. La reflexión de este artículo nos permite considerar la flexibilización de nuestras manifestaciones etnocéntricas al defender que cada uno de nosotros es portador de una excepcionalidad mundana.

Palabras clave: Percepción. Experiencia. Espacio-tiempo. Mente. Materia.

Introdução

É da majestática imponência dos promontórios que alongamos o alcance de nossa vista; dos mirantes, expandimos os horizontes, proporcionando o enquadramento paisagístico de determinado ângulo que nos converte em juízes da valoração estética. Por meio de nossa experiência espacial reticular¹ (Bonnemaison, 1994) e *especialmente fendida*² (Bhabha, 2003), desenvolvemos noções aplicadas ao espaço que nos ensinam a separar o apreço da ojeriza, a afetividade da repulsa e o medo da esperança. As polaridades não se estruturam de maneira simples em nosso arbítrio: entre topofilias (Tuan, 1980) e topofobias (Tuan, 2004), existe um terreno intermediário e gradativo de valoração, cujo arranjo garante a excepcionalidade do

1 Joel Bonnemaison (1994) destaca esse fato argumentando que nossa experiência espacial é mais bem representada reticularmente do que em áreas contínuas que formam polígonos.

2 Aplicada à experiência humana, a expressão quer dizer que nossas relações com o espaço não se dão num vasto *continuum*, mas em fragmentos interrompidos. Para compreender essa ideia, basta analisar o efeito dos transportes, sobretudo os mais rápidos, na nossa percepção espacial. Se o lugar é uma pausa (Holzer, 1999, 2013), nossa experiência é constituída por ilhas de um imenso oceano de possibilidades.

pensamento. Ademais, há que considerar a zona cinzenta da nossa incompreensão, que guarda a sete chaves os segredos da paisagem³ (Silva, 2020b).

Carregamos conosco experiências espaço-temporais bastante diferenciadas. A partir da perspectiva da experiência, este texto busca defender a hipótese de que os espaços que outrora visitamos ajudam-nos – por meio do estabelecimento de comparações – a formular os juízos da espacialidade presente. Essa noção consagra um importante paradoxo geográfico: a presença da ausência. *A prima facie*, parece uma conclusão simples, mas subjazem a ela questões cruciais da interpretação geográfica que passam pela forma de percepção e interpretação do espaço e pelas relações entremeadas da experiência, do espaço e do tempo.

Se, por um lado, fica claro que a perspectiva adotada aqui se afasta de premissas positivistas e da análise objetiva do espaço, por outro, não desejamos enquadrá-la numa corrente específica. Todavia, sabemos que nossa abordagem não causa estranheza aos que estão familiarizados com os pressupostos da geografia humanista, do pós-estruturalismo e de outras correntes identificadas com o movimento mais amplo conhecido como *virada cultural*⁴ (Burgess, 1996; Valentine, 2001; White, R., 2004; Corrêa; Rosendahl, 2005). Assim, como tantos outros, rejeitamos a separação entre mente e matéria (Baker, 1978, 1979; Ingold, 1993; 2004;⁵ Paiva, 2017) e ressaltamos a visão berqueana ligada aos geogramas⁶ e à trajeção⁷ (Berque, 2012, 2017). Por meio desses conceitos, Augustin Berque consegue tratar com profundidade da dialética envolvendo o plano material e das ideias (Silva, 2020a). Nesse particular, vale o equilíbrio defendido por Denis Cosgrove (1978, p. 71): “Nós devemos buscar uma frutífera cooperação entre a geografia humanista e a geografia social marxista em uma exploração conjunta do mundo do homem e das geografias da mente”. O debate sobre o entrelaçamento entre materialidade e imaterialidade envolve romper com o pressuposto da separação entre homem e natureza, um dos bastiões da modernidade. Como afirma Simon Schama (2009), a natureza não se define. O corolário dessa reflexão é a noção heideggeriana do *dasein*, segundo a qual o ser e o mundo são unos.

Como já se pode notar, a natureza da problematização estruturada aqui é epistemológica. Sua relevância reside no fato de que o anunciado paradoxo geográfico – a presença da ausência

3 Os segredos da paisagem são os elementos que passam despercebidos por nossa capacidade de compreensão. Silva (2020a) defende que há na paisagem elementos incompreensíveis e/ou que nossa capacidade sensorial é incapaz de experimentar.

4 Clive Barnett (1998) preocupa-se com essa expressão pois, se é difícil delinear o conceito de *cultura* – como é largamente defendido –, o mesmo ocorre com aquilo que se entende por *virada cultural*. É preciso ter em mente que esse movimento intelectual agrupa abordagens diferentes e mesmo contraditórias entre si.

5 De acordo com Tim Ingold (2004, p. 333): “as formas da paisagem não são impostas sobre um substrato material. Emergem como condensações e cristalizações de um campo relacional”. E, numa concepção dialética conclui que “as paisagens são entremeadas à vida e a vida é entremeadada na paisagem, em um processo que é contínuo e perpétuo”.

6 Para contemplar essa dimensão transcendente dos objetos materiais, Augustin Berque (2012, p. 8) sugeriu a palavra *geograma* afirmando que “imaginar a Terra sem o céu, ou o inverso, não passa de uma abstração”. Como vimos, como geogramas que superam a dimensão da descrição física, não se pode simplesmente descrever a constituição aparente dos objetos. A reflexão assemelha-se ao argumento de Cosgrove (1983), de que toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. A forma como Berque concebe materialidade e imaterialidade é uma maneira de criticar a dicotomia entre objetividade e subjetividade.

7 A trajeção “é o processo evolutivo no qual o ambiente é antropizado pela técnica e humanizado pelo símbolo, o que o faz um meio humano e onde, simultaneamente, em retorno, este meio condiciona o humano para, indefinidamente, humanizá-lo de volta e assim por diante” (Berque, 2017, p. 6).

– é, na verdade, o anúncio de uma visão integrada entre o ser, o espaço e o tempo; isso significa que cada ser acumula suas experiências em espaços e tempos específicos. A consolidação filosófica dessa noção permite, *inter alia*, flexibilizações de nossas manifestações etnocêntricas a partir da compreensão de que cada ser é portador de uma excepcionalidade mundana. Assim, a reificação paisagística e do lugar é um ato essencialista, que sucumbe ao escrutínio relativista da mesma forma como classes,⁸ regiões,⁹ culturas,¹⁰ raças¹¹ e nações,¹² categorias extremamente sabatinadas, são amplamente reconhecidas como arbitrariedades e tratadas como devem ser: como representações.

Lembramos que as representações da paisagem e do lugar, assim como ocorre com qualquer representação, são instáveis; assim, a mesma representação pode ser decodificada e interpretada de várias formas por diferentes grupos sociais (Hasson, 1996) e mais detidamente pelo escrutínio identitário.¹³ É importante considerar a possibilidade de múltiplas representações, ainda que possamos situar tendências interpretativas no tempo e no espaço: o *Zeitgeist*¹⁴ e o *genius loci*¹⁵ certamente são variáveis a ter em conta na constituição das representações. Acreditamos que as representações, inclusive imagens, conhecimento e fantasias, são trajetivas¹⁶ (Berque, 2017); essa ideia significa que as versões construídas pelos homens transitam entre a abstração criativa e a materialidade de sua exposição. Assim, representações não são somente distorções da realidade concreta intangível, mas componentes da constituição do mundo (Matless, 1992).

Percepção do espaço

Certas abordagens entendem que o espaço pode ser valorado em seus atributos, seja qualitativamente, por sua apazibilidade, ou quantitativamente, pela precificação das propriedades. Esse entendimento é apoiado numa perspectiva positivista, que busca qualificar a

8 Um dos trabalhos de referência na crítica da abordagem reificada das classes é o de Thompson (1987). Ver também Silva e Costa (2018a).

9 A arbitrariedade da região é amplamente debatida na geografia. Ver Hartshorne (1978), Heatwole (1978), Good (1981), Bale (1983), Agnew (1999, 2013) e Silva e Costa (2018a).

10 Sobre a relatividade das definições da cultura, ver Norton (1987) e o debate de grande repercussão entre Mitchell (1995, 1996), Cosgrove (1996), Jackson (1996) e James e Nancy Duncan (1996), bem como a análise desse debate em Silva (2021).

11 Certamente Paul Gilroy (1998) é uma referência no debate sobre a reificação da raça.

12 A obra *Comunidades imaginadas* (Anderson, 2008) é uma referência na abordagem da nação como ideia.

13 Jay Appleton (2000) defendeu a ideia de que os gostos e as preferências que desenvolvemos e que interferem na interpretação da paisagem são influenciados pela cultura, pela sociedade e pelas experiências individuais. Appleton (1994) relativiza a abordagem reificadora da cultura argumentar que a composição dos gostos varia enormemente não só entre culturas que são diferentes no espaço e no tempo, mas entre os diferentes indivíduos que se identificam com essas culturas. Nesses termos, desacredita as culturas como reservatórios homogêneos de identidades.

14 Expressão que significa “espírito de época”, designa a capacidade de uma dada temporalidade interferir na constituição de um fenômeno.

15 O renomado arquiteto Christian Norberg-Schulz (1980) argumentou que os lugares têm caráter e que, a partir deste caráter, podemos compreender o *genius loci* (o espírito do lugar): “*Genius Loci* é um conceito romano. De acordo com a antiga crença romana, todo ser independente possui o seu ‘genius’, seu espírito guardião. Este espírito dá vida às pessoas e aos lugares, acompanhando-os do nascimento à morte, e determinando o seu caráter ou essência. Até mesmo os deuses possuem seu *genius*, um fato que ilustra a natureza fundamental do conceito. O *genius* deste modo denota o que uma coisa é ou o que desejaria ser” (Norberg-Schulz, 1980, p. 18).

16 Relativas à trajetão. Ver nota 7.

paisagem e é chamada na literatura estrangeira de *landscape evaluation*. São inúmeros trabalhos – principalmente concentrados no íterim 1960-1980 – que buscam comumente atender as demandas de gerenciamento do espaço por parte do poder público. Geralmente, o poder público procura produzir uma paisagem aprazível ideal. Entre inúmeros outros, são exemplos de trabalhos: Ekman e Kuennapas (1962), Fines (1968), Linton (1968), Brancher (1969), Kaplan (1977), Penning-Rowsell (1979), Balling e Falk (1982), Dearden (1984), Kroh e Gimblett (1992), Bishop e Hulse (1994) e Purcell et al. (1994). Esses trabalhos vinculados à *landscape evaluation* são incapazes de exprimir a dialética mente e paisagem e objetivam tratar certos espaços como entes. Tal perspectiva ressalta a materialidade do espaço (Unwin, 1975) e negligencia o plano da imaterialidade. Em todo caso, é importante apontar que existem outras perspectivas que diferem de nossa abordagem, embora a ascensão de correntes pós-positivistas tenha atacado o âmago da *landscape evaluation* (Simandan, 2016).

Rejeitar a reificação do espaço é transitar por caminhos árduos, com obstáculos ligados ao tradicionalismo e às generalizações sustentadas por muitos, geração após geração. Jean-Marc Besse (2006) reforça o entrelaçamento dialético entre homem e espaço ao argumentar que a paisagem significa participação, mais que distanciamento; proximidade, mais que elevação; opacidade, mais que transparência; e, por ser “ausência de totalização, é antes de mais nada a experiência da proximidade das coisas” (Besse, 2006, p. 80). O entrelaçamento entre mente e paisagem nos oferece uma dialética que ajuda a compreender a excepcionalidade das paisagens, dos lugares e das identidades e o questionamento daquilo que comumente se designa como cultura (Silva; Costa, 2018b). A expressão “paisagem interior” (do inglês, *inscape*), cunhada pelo poeta Gerard Manley Hopkins, alude ao modo como a paisagem se revela e é excepcionalmente compreendida por cada indivíduo (Porteous, 1986). Analogamente, a noção de “paisagem da mente” ocorreu na literatura e na arte desde o final do século XIX (Porteous, 1986).

A priori, é necessário compreender que a percepção, a cognição e a avaliação da paisagem são processos muito inter-relacionados (Nassauer, 1995). A consciência se desenvolve por meio da percepção, que é, por sua vez, dependente das experiências sensoriais colhidas pelo ser humano encarnado, que pensa e sente (Risso, 2020). É importante destacar que a percepção não é o mesmo que sensação. As sensações são componentes pontuais da experiência humana, deficientes na capacidade de nos prover, por si só, formulações conjunturais bem elaboradas. A percepção, principalmente a visual, não é uma recepção meramente passiva dos dados sensoriais, mas sua interpretação e organização numa estrutura que lhe dá forma e sentido (Collot, 2015). Essa noção deixa claro que a percepção do espaço é mais que a simples resposta ao estímulo visual (Aoki, 1999; Torres, 2018). É o modo como – pela atuação conjunta dos sentidos – as coisas do mundo natural ou humano chegam à consciência (Rocha, 2002/2003).

Apesar dessa tentativa de balizar o termo *percepção*, concordamos com Serpa (2005, p. 221): o termo é empregado em diferentes contextos, podendo significar “percepções, memórias, atitudes, e preferências humanas, além de outros fatores psicossociais que contribuem para algo que seria melhor caracterizado como cognição ambiental”. Há que considerar o sentido fenomenológico da paisagem, que inclui a dimensão do visível e do invisível (Medeiros, 2020). Owain Jones (2011, p. 880) argumenta que “nossas relações espaciais não são meramente relações

entre o corpo que sente o espaço, mas as que consideram o emaranhamento hipercomplexo espaço-temporal”. Assim, a memória importa nos processos de percepção espacial.

Importa ainda ter em mente que a base do processo perceptivo é eminentemente cultural: “o ambiente não é vivenciado nem percebido do mesmo modo pelos diversos grupos sociais diferenciados entre si segundo um grande leque de atributos que se combinam de modo complexo” (Corrêa, 1995, p. 7). Numa problematização ainda mais específica do que essa, pensamos que o ambiente nem sequer é percebido da mesma forma no interior de grupos que podem ser considerados homogêneos. É na sutileza do caminho solitário da experiência – entendida como um conjunto de vivências individuais e coletivas – que se constrói a excepcionalidade da interpretação espacial. Portanto, não podemos perder de vista o fato de que a percepção da paisagem é também um ato solitário, pois envolve o acesso a “sistemas de memória bem gerenciados para o acesso às experiências do passado” (Aoki, 1999, p. 85).

Donald Meinig (2002) nos inspira a pensar nas complexas variações do ato perceptivo da paisagem. O autor fala em “dez versões de uma mesma cena”, que orientariam nossa capacidade de interpretação. As dez versões da mesma cena não podem ser tomadas isoladamente. Precisam ser entendidas como componentes que interferem na nossa percepção e descrição paisagística. Tais componentes atuam concomitantemente, com mais ou menos força nos recônditos de nossa mente. É a experiência humana – que se constitui como um caminho excepcional a cada um de nós – que dita o arranjo de nosso modo de ver, ler, compreender e expressar o mundo. É a condição da nossa formação identitária forjada pela experiência humana que atesta a força do aforismo vitoriano: “A beleza está nos olhos de quem vê”.

Segundo Douglas Porteous (1986), a abordagem de Meinig falha por desconsiderar o entrelaçamento entre mente e paisagem, na medida em que a paisagem deixa marcas na mente e passa a ser incorporada por nós. Para pensar na presença da ausência – tema principal deste artigo –, é indispensável considerar o envolvimento dialético e trajetivo dos planos material e imaterial.

A sanha imaginativa

Zelando pela tradição exploratória da geografia, afirmamos a importância da imaginação geográfica como uma questão de sabedoria prática e reflexão acadêmica, incluindo o prazer e o encantamento em nome do amor que as pessoas têm por aprender sobre o mundo e os lugares (Daniels, 2011). Conhecer espaços desconhecidos é uma forma de nos conhecermos a nós mesmos (Marandola, 2017): afinal, nos posicionamos num rol maior de possibilidades cosmológicas, compreendendo mais efetivamente nosso lugar no mundo. Há que considerar o peso da história individual e as amarras afetivas do espaço-tempo sobre o ser. Nesse particular, a expressão de Evans-Pritchard tornou-se didática, ainda que seja uma generalização: ninguém convencia os Nuer de que a paisagem desértica do vale do rio Nilo não era o melhor lugar do mundo para se viver (Tuan, 1980). Em outro extremo, o escapismo é uma realidade possível (Tuan, 1998) mediante as possibilidades muito reais de cataclismas (Homer-Dixon, 1994) e outras ameaças à vida.

A diversidade é o apanágio do espaço geográfico, e sabe-se que a curiosidade do homem por paisagens e lugares remonta aos primórdios da vida em sociedade e é um importante molde e progresso da geografia (Lewis, 1985; Phillips, 2010). A curiosidade substanciou a chamada *geographie de plein vent*,¹⁷ que, mesmo proporcionando às pessoas um misto importante de sentimentos, evidenciou o triunfo da curiosidade sobre o medo do desconhecido. O apresentador de raridades (do inglês, *raree-showman*) foi uma figura que sintetiza o desejo do homem de conhecer as possibilidades do habitar e do contemplar (Plunkett, 2015). Eram andarilhos que vagavam pelo continente europeu com grandes caixas de madeira que traziam furos pelos quais as lentes de lupas estavam acopladas (Figura 1). Entre outras atrações, por esses furos era possível ver ilustrações de paisagens e lugares, bem como artefatos produzidos por povos distantes. Veronica Della Dora (2009) afirma que na contemporaneidade continuamos a ver o mundo em caixas: televisores, computadores e diversos outros dispositivos eletrônicos que nos permitem acessar imagens de locais distantes e não familiares. É preciso considerar que, no conjunto das relações do homem com o espaço, as emoções ocupam posição de destaque. É sempre importante abordar a perspectiva emocional nas reflexões sobre a paisagem e o lugar.

Figura 1 – Os apresentadores de raridades eram andarilhos que cobravam para que as pessoas pudessem ver imagens e objetos incomuns num tempo em que viajar longas distâncias era muito restrito



fonte: Cruikshank (1839).

As imaginações, alimentadas pela influência de nossas memórias coletivas e individuais, não raramente expressam preconceitos, etnocentrismos e mesmo estratégias políticas. Esse tema é profundamente explorado nos estudos pós-coloniais (e decoloniais, centrados na espacialidade latino-americana), em obras de grande alcance (Memmi, 1977; Fanon, 2005; Saïd, 2007, 2011). Por isso, devemos considerar a existência de paisagens de guerra e militantes (Silva; Passos, 2018).

17 Geografia das velas desfraldadas, expressão de Lucien Febvre que foi amplamente divulgada em *O homem e a terra* (Dardel, 2011).

O estudo de Leila M. Harris (2014) sobre as “geografias imaginativas do verde na Turquia” é uma possibilidade didática para refletirmos – para além da proposta da autora – sobre a razão pela qual os ditos consensos imagéticos não ameaçam a pluralidade perceptiva. Devido à maior umidade, o oeste turco é tido como paisagisticamente mais verde que as outras áreas do país, enquanto a aridez, analisada de forma generalista, é expressiva no leste. O imaginário construído na relação turco-europeia consagra-se a partir de elaborações que associam o verdejante continente europeu aos avanços civilizacionais e, por outro lado, a aridez do Oriente Médio ao atraso e barbárie. A celebração de paisagens verdes “e a rejeição às paisagens áridas carregam uma implícita celebração do oeste turco e também da Europa” (Harris, 2014, p. 808). Além disso, esses sentidos estéticos “mapeiam uma longa construção do imaginário geográfico e de aspirações turcas em se associar mais proximamente à Europa e ao Ocidente, descolando-se do Oriente Médio” (Harris, 2014, p. 808).

Apesar de ser muito interessante a forma como a autora discute as construções estéticas ao longo da história – passando por uma análise das relações de poder entre povos que habitam porções da Terra de distintas características –, é importante avançar e destacar como operam os panfletos imaginários: as reflexões de Harris (2014) alimentam-se das próprias reflexões de Saïd (2007) sobre as relações Ocidente-Oriente; como mostra o autor, há muitos orientalismos; por isso, assim como não devemos definir a cultura como entidade de constituição tangível e delimitável, não podemos fazê-lo com os estereótipos culturais. Uma mesma representação sobre povos e paisagens é interpretada de forma diferente pelos interlocutores que a apreciam, seja ela apresentada como narrativa oral, texto escrito, pintura ou escultura. Analogamente, a ideia do oeste turco verdejante pode ser concebida de tantas formas quantas são suas inúmeras representações. Não pensando nisso, corremos o risco de estereotipar os estereótipos. Nessa lógica, mitos aplicados ao espaço e supostamente consolidados no imaginário coletivo, como as trevas do mundo equatorial africano (Conrad, 2010) e o outrora oeste prístino da América do Norte¹⁸ (Bowden, 1992; Denevan, 1992; Mitchell, 1998), não passam de generalizações que se manifestam de forma muito plural quando se comparam impressões entre indivíduos. Essa clareza estimula Barros (2020, p. 370) a se perguntar: “Quanto de uma paisagem observada não vem do próprio observador?”.

A experiência, o espaço e o tempo

[...] à medida que as relações descritas no presente e no passado só podem ser relatadas e tornadas inteligíveis a partir da referência do seu desenvolvimento ao longo do tempo, toda geografia humana deve ser histórica e toda a história deve ser sobre um lugar, e, portanto, ser geográfica (Langton, 1988, p. 20).

18 Segundo o mito prístino, em 1492, quando Colombo chegou à América, o continente era um paraíso intocado. A desconstrução desse mito (Denevan, 1992) pode ajudar a consolidar a visão do oeste intocado, sob outra perspectiva: algumas projeções demográficas da América em 1492 mostram um continente longe de ser vazio ou intocado. Pelas estimativas, que variam de 15 a 80 milhões de indivíduos, a chegada do europeu representou o maior desastre demográfico já visto (Denevan, 1992, p. 370).

O tempo e o espaço são as dimensões indissociáveis presentes em nossa experiência. Absorvemos temporalidades fragmentadas que são digeridas como tempos adiados (Bhabha, 2013): é na Índia que mais facilmente encontramos a Inglaterra oitocentista (Nandy, 2015), assim como certas calçadas de Macau remetem à Lisboa de outros tempos. Ao nos deslocar espacialmente, interrompemos o curso de uma experiência espaço-temporal, já que o sentido histórico se dá no espaço. O deslocamento é a interrupção da experiência. A palavra de ordem é o ritmo, já que a complexa orquestra de tempos e lugares nos conduz a situações curiosas: uma visita a regiões dominadas pelo vernacular parece uma viagem ao passado. Esse é um apontamento de Milton Santos (2012) no livro-manifesto *Por uma outra globalização*, onde ele desnuda a essência desse processo: o espaço apresenta-se como um mosaico pulverizado de ritmos¹⁹ desiguais, fazendo com que o termo *globalização* soe mal para quem compreende minimamente o arranjo do espaço; ritmos parelhos em fragmentos distantes entre si podem ter mais sintonia que fragmentos vizinhos de ritmos descompassados.

Trata-se de uma poderosa síntese o fato das temporalidades serem espaciais e espacialidades serem temporais. É o que permite que Grataloup (2006) afirme que existem períodos do espaço. É interessante pensar que as descrições das regiões e também da paisagem não têm flexibilidade temporal, o que se explica pelo dinamismo espacial que caduca qualquer compartimentação do espaço realizada em dado momento. Em contrapartida, “os períodos também possuem dificuldades ao lidar com o espaço: a Renascença, por exemplo, não foi experimentada na China ou na Índia” (Wishart, 2004, p. 310). Nesses termos, não é surpresa falar sobre a arbitrariedade tanto de períodos quanto de regiões (Wilcock, 1954).

Apesar de a indissociabilidade espaço-temporal ser amplamente considerada, criticam-se os geógrafos quando pretendem escrever segundo os parâmetros da subdisciplina geografia histórica. Mesmo pensando no universo anglófono, é notável o fato de que os grandes nomes – como Sauer, Clark, Darby e Meinig – não se preocupam com as grandes questões associadas ao conhecimento histórico. Como resultado, negligenciam-se questões associadas ao sentido da história, construindo-se uma visão essencial e paradoxalmente a-histórica (Guelke, 1997; Ogborn, 1999). De modo geral, os geógrafos se afastam de reflexões sobre as narrativas históricas e outros temas espinhosos de viés epistemológico, como a crítica às metanarrativas e a arbitrariedade da escolha das fontes, tão bem problematizadas por historiadores como Hayden White (1973, 1975, 1981, 1984, 1988, 1992) e Franklin Rudolf Ankersmit (1973, 1975, 1981, 1984, 1988, 1992). Acreditamos que essas críticas centradas no geógrafo-historiador não comprometem a essência da ideia acerca do modo como colhemos a experiência: sempre amealhamos retalhos espaço-temporais. As formas de expressar o tempo em movimento é que são questionadas epistemologicamente, o que não invalida a consideração do espaço-tempo como dimensões entrelaçadas. Certo espaço só é o que é numa temporalidade específica; certo momento ou período só tem suas nuances identificáveis devido à espacialidade onde é recortada.

19 Esses ritmos têm um duplo sentido, que funciona concomitantemente nesta análise: podem ser entendidos como a velocidade dos fluxos que se distribuem pelo espaço e também como a celeridade da mudança das técnicas e da tecnologia. *Ipsa facto*, ritmos diferentes dão a impressão de provocar deslocamentos temporais entre espaços analisados num mesmo momento do tempo atomístico.

Além da consideração do espaço-tempo como epifenômeno derivado da espacialidade e temporalidade apartada, precisamos compreender que seu recorte é no âmbito da experiência identitária. Como indivíduos, não só recortamos o espaço-tempo em nossas objetivações, como o qualificamos ao sabor de nossas impressões, moldadas pelo conjunto de nossas experiências. Se, por um lado, não podemos definir onde e quando estar devido a impedimentos econômicos, políticos e sociais, temos – à exceção de situações de privação de liberdade ou física – certa condição de experimentar espaços-tempos que, amalhados, compõem o mosaico da excepcionalidade de nossa experiência.

Nossas experiências conduzem à supressão da história e da geografia quando cognitivamente objetivamos o espaço. A supressão da história (Saïd, 2007) é uma forma de anacronismo e se dá quando outros tempos impossíveis são inseridos em certas temporalidades: para Edward Saïd (2007), os orientalistas suprimem a experiência histórica ao preferir as imagens de um Oriente clássico à leitura dos arranjos contemporâneos em detrimento da análise acerca das modernas realidades orientais. Já a geografia é suprimida (Silva, 2018) quando caracterizamos certos espaços a partir de atributos exógenos; isso se deve a uma imprecisão do nosso conhecimento espacial. Como não é possível conhecer a totalidade das possibilidades espaço-temporais, as supressões da história e da geografia são regras e não exceções, ainda que possamos encontrar nas representações sobre o espaço-tempo distorções que variem do extremo mais grosseiro à maior acuidade.

Um paradoxo geográfico

A “presença da ausência” é um paradoxo geográfico que se expressa no entrelaçamento entre mente e matéria. O espaço ausente está sempre presente não só por meio do deslocamento (antrópico ou natural) dos materiais, mas também é manifesta como ideias, percepções e formulações advindas de experiências originadas nas adjacências de um espaço contemplado nos mais longínquos confins.

Para Doreen Massey (1993), o estudo paroquial de uma localidade é aquele que foca exclusivamente o lugar em si, buscando definir-lhe uma identidade única e arquetípica, embriagada de nostalgia e romantismo. Há de se considerar que, mesmo em lugares tidos como ícones do caráter vernacular de um dado espaço, o intercâmbio com realidades exteriores é regra, e não exceção: “Até mesmo na mais intocada pequena vila no meio do nada, a torre da igreja foi erguida a favor da glória de um Deus cujo filho nasceu em terras distantes” (Massey, 1993, p. 144), e “o quintessencial chá inglês nasceu das ações da Companhia das Índias Orientais e de plantações de cana-de-açúcar caribenhas” (Massey, 1993, p. 145). Na contemporaneidade, não temos observado o arrefecimento do senso de lugar, mas a criação de um senso heterotópico²⁰ de lugar (Amin, 2004), que é formado como uma quimera espaço-temporal.

20 Derivada do campo de estudo da anatomia, a palavra *heterotopia* aplicada ao espaço se refere a elementos que não são originais de determinado lugar mas ali marcam presença.

A facilidade de deslocamento de pessoas e coisas é crucial para intercâmbios transformadores, pois permitem que circulem pelo espaço matéria e ideias: a Palestina carente de florestas teve suas construções mais robustas dotadas de telhados e janelas de madeira feitos com recursos naturais deslocados do Líbano e da Anatólia, afrontando a condição vernacular das construções de menor porte baseadas em pedra, tijolo e barro. Para chegar a essa conclusão, o estudo de Biger e Liphshitz (1995) se pautou na análise espaço-temporal de pedaços de madeira coletados em telhados de casas na Palestina.

Em outro exemplo que ilustra a presença da ausência, destaca-se o prolífico estudo de Wilbur Zelinsky (1983) sobre a toponímia estadunidense. Entre outros objetos de interesse, o autor examinou a força simbólica dos topônimos como instrumentos de reforço do nacionalismo e verificou que, nos simbolismos nacionais dos EUA, nada consegue instigar questões mais relevantes de interesse histórico e geográfico do que os modos como os nomes de apelo nacionalista designam objetos, pessoas, empresas, produtos comerciais, organizações sociais, autoestradas, pontes, escolas, armamentos militares e, principalmente, lugares. Zelinsky destaca o país como um caso *sui generis*, cujo apelo nacional-toponímico não encontra paralelo em outro lugar. Seus topônimos celebram inúmeros heróis patrióticos e outros cidadãos notáveis. Destaca-se também um grande número de nomes vinculados à Grécia e à Roma antiga. Zelinsky (1983) afirma que é bem disseminada nos EUA a ideia de que o país é a realização tardia dos ideais republicanos de Atenas e Roma – assim como também é entendida a nova Eretz Yisrael – o que tem profundas implicações políticas, intelectuais e artísticas no seio da nação. É interessante pensar como os valores tidos como originais de terras distantes ganham estatura simbólica ao ter um nome oriundo de seu espaço original levado ao espaço apropriador. De acordo com Zelinsky (1983), esse fenômeno explica as inúmeras Alexandrias e Cesareias pelo território nacional nos EUA. O exemplo de Zelinsky (1983) leva a pensar num sem-número de outras situações análogas. O paradoxo da presença da ausência não é uma condição especial do espaço – é uma propriedade, seu apanágio.

Considerações finais

A reflexão desenvolvida neste artigo pretendeu mostrar as bases que sustentam o paradoxo geográfico da presença do espaço ausente. No espaço presente, há porções de espaços ausentes, que podem ser vistas no deslocamento das materialidades que produzem heterotopias, bem como no plano imaterial das experiências mundanas. Considerando a perspectiva em que o homem se entrelaça num conjunto de experiências espaço-temporais, carregamos impressões que são produzidas do nível de cognição mais simples ao mais sofisticado. Essas impressões atuam num nível complexo em nossa consciência e podem interferir em nossos gostos e preferências (Appleton, 2000). *Ipsa facto*, o espaço ausente está sempre presente, pois participa do amplo esquema de nossa experiência e interfere na valoração de outros espaços. O exemplo da toponímia estadunidense (Zelinsky, 1983) é uma espécie de paleorresquício de outros espaços, vistos que o espaço presente é pautado pela lógica de outro espaço noutro tempo. A lógica de reprodução mental de elementos dos espaços ausentes nos espaços presentes é provavelmente

muito mais complexa do que este texto foi capaz de mostrar. Certamente, estudos históricos sobre a memória, inclusive as reflexões de Maurice Halbwachs (1990) acerca do entrelaçamento das memórias individuais e coletivas, permitem considerar que a vida em sociedade é um vetor de transmissão dos espaços ausentes. Nessa lógica, podemos assimilar e projetar espaços ausentes no espaço presente, mesmo que não tenhamos experiência direta com eles.

Nossa reflexão não menoscaba a importância da materialidade dos sistemas de cognição, mas incluímos na materialidade o entrelaçamento com a dimensão das ideias. Ao mesmo tempo, é no novo envolvendo a memória coletiva e individual que se produzem permanências que se prolongam para além da vida humana, com clara perpetuação intergeracional, ainda que cada identidade processe a seu modo as instáveis superestruturas sociais que são, por sua vez, situadas espacial e temporalmente. Essa noção permite flexibilizar nossas manifestações etnocêntricas a partir da compreensão de que cada ser é portador de uma excepcionalidade mundana. Nesse particular, nos inspira o *dasein* heideggeriano. Por isso mesmo não consideramos radical a ideia de que o mundo se apresenta na forma como o vê cada indivíduo. Além disso, estamos convencidos de que presença e ausência se articulam dialeticamente em nossa percepção do espaço.

Referências

- AGNEW, J. A. Arguing with regions. **Regional Studies**, v. 47, n. 1, p. 6-17, 2013. doi: <https://doi.org/10.1080/00343404.2012.676738>.
- AGNEW, J. A. Regions on the mind does not equal regions of the mind. **Progress in Human Geography**, v. 23, n. 1, p. 91-96, 1999. doi: <https://doi.org/10.1191/02F030913299677849788>.
- AMIN, A. Regions unbound: towards a new politics of place. **Geografiska Annaler**, v. 86-B, n. 1, p. 33-44, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3554458>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANKERSMIT, F. R. Truth in History and Literature. **Narrative**, v. 18, n. 1, p. 29-50, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25609383>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- ANKERSMIT, F. R. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 113-135, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/3yjkSskYybK7Kbngv3QGGMk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- ANKERSMIT, F. R. Representation as the representation of experience. **Metaphilosophy**, v. 31, n. 1-2, p. 148-168, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24439302>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- ANKERSMIT, F. R. Hayden white's appeal to the historians. **History and Theory**, v. 37, n. 2, p. 182-193, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2505465>. Acesso em: 8 abr. 2022.

- AOKI, Y. Review article: trends in the study of the psychological evaluation of landscape. **Landscape Research**, v. 24, n. 1, p. 85-94, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01426399908706552>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- APPLETON, J. What landscape means to me. **Landscapes**, v. 1, n. 2, p. 94-97, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/lan.2000.1.2.94>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- APPLETON, J. Running before we can walk: are we ready to map “beauty”? **Landscape Research**, v. 19, n. 3, p. 112-119, 1994. doi: <https://doi.org/10.1080/0142639940876439>.
- BAKER, A. R. H. Historical geography: a new beginning? **Progress in Human Geography**, v. 3, n. 4, p. 560-570, 1979. doi: <https://doi.org/10.1177%2F030913257900300405>.
- BAKER, A. R. H. Historical geography: understanding and experiencing the past. **Progress in Human Geography**, v. 2, n. 3, p. 495-504, 1978. doi: <https://doi.org/10.1177%2F030913257800200305>.
- BALE, J. Mapping vernacular regions in the classroom. **Journal of Geography**, v. 82, n. 6, p. 274-276, 1983. doi: <https://doi.org/10.1080/00221348308980418>.
- BALLING, J. D.; FALK, J. H. Development of visual preference for natural environments. **Environmental and Behavior**, v. 14, n. 1, p. 5-28, 1982. doi: <https://doi.org/10.1177%2F0013916582141001>.
- BARNETT, C. The cultural turn: fashion or progress in human geography? **Antipode**, v. 30, n. 4, p. 379-394, 1998. doi: <https://doi.org/10.1111/1467-8330.00085>.
- BARROS, J. A. Os acordes-paisagens: uma nova proposta para a leitura do espaço geográfico: os acordes-paisagens. **Revista de Geografia**, v. 37, n. 2, p. 365-384, 2020. doi: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2020.244641>.
- BERQUE, A. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v. 7, n. 2, p. 4-16, 2017. doi: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2017.72.a12977>.
- BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v. 2, n. 1, p. 4-12, 2012. doi: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2012.21.a12816>.
- BESSE, J.-M. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- BIGER, G.; LIPHSCHITZ, N. Foreign tree species as construction timber in nineteenth-century Palestine. **Journal of Historical Geography**, v. 21, n. 3, p. 262-277, 1995. doi: <https://doi.org/10.1006/jhge.1995.0019>.
- BISHOP, I. D.; HULSE, D. W. Prediction of scenic beauty using mapped data and geographic information systems. **Landscape and Urban Planning**, v. 30, n. 1-2, p. 59-70, 1994. doi: [https://doi.org/10.1016/0169-2046\(94\)90067-1](https://doi.org/10.1016/0169-2046(94)90067-1).
- BONNEMAISON, J. The metaphor of the tree and the canoe. Trad. Peter Crowe. **Pacific Arts**, n. 9-10, p. 21-24, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23409882>. Acesso em: 8 abr. 2022.

- BOWDEN, M. J. The invention of American tradition. **Journal of Historical Geography**, v. 18, n. 1, p. 3-26, 1992. doi: [https://doi.org/10.1016/0305-7488\(92\)90273-C](https://doi.org/10.1016/0305-7488(92)90273-C).
- BRANCHER, D. M. Critique of K. D. Fines: landscape evaluation. A research project in East Sussex. **Regional Studies**, v. 3, n. 1, p. 91-92, 1969. doi: <https://doi.org/10.1080/09595236900185101>.
- BURGESS, J. Editorial: The future for landscape research. **Landscape Research**, v. 21, n. 1, p. 5-12, 1996. doi: <https://doi.org/10.1080/01426399608706472>.
- COLLOT, M. Poesia, paisagem e sensação. **Revista de Letras**, v. 1, n. 34, p. 17-26, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15974/1/2015_art_mcollotraducao.pdf. Acesso em: 8 abr. 2022.
- CONRAD, J. **O coração das trevas**. São Paulo: Abril, 2010.
- CORRÊA, R. L. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**, v. 1, p. 1-22, 1995. doi: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.1995.3479>.
- CORRÊA, R. L. ; ROSENDAHL, Z. A geografia cultural no Brasil. **Revista da Anpege**, v. 2, n. 2, p. 97-102, 2005. doi: <https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0008>.
- COSGROVE, D. E. Ideas and culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 21, n. 3, p. 574-575, 1996. doi: <https://doi.org/10.2307/622598>.
- COSGROVE, D. E. Towards a radical cultural geography: problems of theory. **Antipode**, v. 15, n. 1, p. 1-11, 1983. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.1983.tb00318.x>.
- COSGROVE, D. E. Place, landscape, and the dialectics of cultural geography. **The Canadian Geographer**, v. 22, n. 1, p. 66-72, 1978. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1978.tb01218.x>.
- CRUIKSHANK, G. **Sergeant Bell and his raree show**. 1839. 1 gravura. Bill Douglas Cinema Museum, University of Exeter. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/George-Cruikshank-frontispiece-Peter-Parley-Sergeant-Bell-and-His-Raree-Show-London_fig4_276658347. Acesso em: 8 abr. 2022.
- DANIELS, S. Geographical imagination. **Transactions of the Institute of British Geographers – New Series**, v. 36, n. 2, p. 182-187, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23020810>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DEARDEN, P. Factors influencing landscape preferences: an empirical investigation. **Landscape Planning**, v. 11, n. 4, p. 293-306, 1984. doi: [https://doi.org/10.1016/0304-3924\(84\)90026-1](https://doi.org/10.1016/0304-3924(84)90026-1).
- DELLA DORA, V. Travelling landscape-objects. **Progress in Human Geography**, v. 33, n. 3, p. 334-354, 2009. doi: <https://doi.org/10.1177/0309132508096348>.
- DENEVAN, W. M. The pristine myth: the landscape of the Americas in 1492. **Annals of Association of American Geographers**, v. 82, n. 3, p. 369-385, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2563351>. Acesso em: 8 abr. 2022.

- DUNCAN, J.; DUNCAN, N. Reconceptualizing the idea of culture in Geography: a reply to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers – New Series**, v. 21, n. 3, p. 576-579, 1996. doi: <https://doi.org/10.2307/622599>.
- EKMAN, G.; KUENNAPAS, T. Scales of aesthetic value. **Perceptual and Motor Skills**, n. 14, p. 19-26, 1962. doi: <https://doi.org/10.2466%2Fpms.1962.14.1.19>.
- FANON, F. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2005.
- FINES, K. D. Landscape evaluation: a research project in East Sussex. **Regional Studies**, v. 2, n. 1, p. 41-55, 1968. doi: <https://doi.org/10.1080/09595236800185041>.
- GILROY, P. Race ends here. **Ethnic and Racial Studies**, v. 21, n. 5, p. 838-847, 1998. doi: <https://doi.org/10.1080/014198798329676>.
- GOOD, J. K. The vernacular regions of Arkansas. **Journal of Geography**, v. 80, n. 5, p. 179-185, 1981. doi: <https://doi.org/10.1080/00221348108980675>.
- GRATALOUP, C. Os períodos do espaço. **Geographia**, v. 8, n. 16, p. 31-40, 2006. doi: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a13520>.
- GUELKE, L. The relations between geography and history reconsidered. **History and Theory**, v. 36, n. 2, p. 216-234, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2505338>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARRIS, L. M. Imaginative geographies of green: difference, postcoloniality, and affect in environmental narratives in contemporary Turkey. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 104, n. 4, p. 801-815, 2014. doi: <https://doi.org/10.1080/00045608.2014.892356>.
- HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- HASSON, S. Frontier and periphery as symbolic landscapes. **Ecumene**, v. 3, n. 2, p. 146-166, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44252290>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- HEATWOLE, C. A. The Bible Belt: a problem in regional definition. **Journal of Geography**, v. 77, n. 2, p. 50-55, 1978. doi: <https://doi.org/10.1080/00221347808980072>.
- HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, p. 18-29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12015>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Território**, v. 4, n. 7, p. 67-78, 1999.
- HOMER-DIXON, T. F. Environmental scarcities and violent conflict: evidence from cases. **International Security**, v. 19, n. 1, p. 5-40, 1994. doi: <https://doi.org/10.2307/2539147>.
- INGOLD, T. Culture on the ground: the world perceived through the feet. **Journal of Material Culture**, v. 9, n. 3, p. 315-340, 2004. doi: <https://doi.org/10.1177%2F1359183504046896>.
- INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993. doi: <https://doi.org/10.1080/00438243.1993.9980235>.

- JACKSON, P. The idea of culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 21, p. 572-573, 1996. doi: <https://doi.org/10.2307/622597>.
- JONES, O. Geography, memory and non-representational geographies. **Geography Compass**, v. 5, n. 12, p. 875-885, 2011. doi: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1749-8198.2011.00459.x>.
- KAPLAN, R. Patterns of environmental preference. **Environmental and Behavior**, v. 9, n. 2, p. 195-216, 1977. doi: <https://doi.org/10.1177%2F001391657792003>.
- KROH, D. P.; GIMBLETT, R. H. Comparing live experience with pictures in articulating landscape preference. **Landscape Research**, v. 17, n. 2, p. 58-69, 1992. doi: <https://doi.org/10.1080/01426399208706362>.
- LANGTON, J. The two traditions of geography, historical geography and the study of landscapes. **Geografiska Annaler**, v. 70, n. 1, p. 17-25, 1988. doi: <https://doi.org/10.2307/490738>.
- LEWIS, P. F. Beyond description. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 75, n. 4, p. 465-477, 1985. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1985.tb00088.x>.
- LINTON, D. L. The assessment of scenery as a natural resource. **Scottish Geographical Magazine**, v. 84, n. 3, p. 219-238, 1968. doi: <https://doi.org/10.1080/00369226808736099>.
- MARANDOLA JR., E. Natureza e sociedade: em busca de uma geografia romântica. **Revista Terceiro Incluído**, v. 7, p. 7-17, 2017. doi: <https://doi.org/10.5216/teri.v7i1.46430>.
- MASSEY, D. Questions of locality. **Geography**, v. 78, n. 2, p. 142-149, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40572496>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- MATLESS, D. An occasion for geography: landscape, representation, and Foucault's corpus. **Environmental and Planning D – Society and Space**, v. 10, n. 1, p. 41-56, 1992. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.456.7223&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.. Acesso em: 8 abr. 2022.
- MEDEIROS, A. L. N. Paisagem de praia. **Geograficidade**, v. 10, n. especial, p. 269-277, 2020. doi: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2020.100.a38373>.
- MEINIG, D. W. O olho que observa: dez versões de uma mesma cena. **Espaço e Cultura**, n. 13, p. 35-46, 2002. doi: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2002.7424>.
- MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MITCHELL, D. Writing the western: new western history's encounter with landscape. **Ecumene**, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44251977>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- MITCHELL, D. Explanation in cultural Geography: a reply to Cosgrove, Jackson and the Duncans. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 21, n. 3, p. 580-582, 1996. doi: <https://doi.org/10.2307/622600>.

- MITCHELL, D. There's no such thing as culture: towards a reconceptualization of the idea of culture in geography. **Transactions of the Institute of British Geographers – New Series**, v. 20, n. 1, p. 102-116, 1995. doi: <https://doi.org/10.2307/622727>.
- NANDY, A. A mente não colonizada. In: CASTRO, L. R. (Org.). **A imaginação emancipatória: desafios do século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015. p. 27-88. Disponível em: https://www.ufmg.br/dri/wp-content/uploads/2017/04/A-imagina%C3%A7%C3%A3o-emancipat%C3%B3ria-_AshisNandy.pdf. Acesso em: 8 abr. 2022.
- NASSAUER, J. I. Culture and changing landscape structure. **Landscape Ecology**, v. 10, n. 4, p. 229-237, 1995. doi: <http://dx.doi.org/10.1007/BF00129257>.
- NORBERG-SCHULZ, C. **Genius loci: towards a phenomenology of architecture**. New York: Rizzoli, 1980.
- NORTON, W. Humans, land, and landscape: a proposal for cultural geography. **The Canadian Geographer**, v. 31, n. 1, p. 21-30, 1987. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1987.tb01578.x>.
- OGBORN, M. The relations between geography and history: work in historical geography in 1997. **Progress in Human Geography**, v. 23, n. 1, p. 97-108, 1999. doi: <https://doi.org/10.1191/027030913299672557598>.
- PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. 52, n. 106, p. 159-168, 2017. doi: <https://doi.org/10.18055/Finis10196>.
- PENNING-ROWSELL, E. C. The social value of English landscape. In: ELSNER, G. H.; SMARDON, R. C. **Proceedings of our national landscape: a conference on applied techniques for analysis and management of the visual resource**. Berkeley, CA: Pacific Southwest Forest and Range Experiment Station, 1979. p. 249-255. Disponível em: https://www.fs.fed.us/psw/publications/documents/psw_gtr035/psw_gtr035_fm.pdf. Acesso em: 8 abr. 2022.
- PHILLIPS, R. The impact agenda and geographies of curiosity. **Transactions of the Institute of British Geographers – New Series**, v. 35, n. 4, p. 447-452, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40891001>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- PLUNKETT, J. Peepshows for all: performing words and the travelling showman. **Zeitschrift für Anglistik und Amerikanistik**, v. 63, n. 1, p. 7-30, 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.1515/zaa-2015-0002>.
- PORTEOUS, J. D. Inscape: landscapes of the mind in the Canadian and Mexican novels of Malcolm Lowry. **The Canadian Geographer**, v. 30, n. 2, p. 123-131, 1986. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1986.tb01037.x>.
- PURCELL, A. T.; LAMB, R. J.; MAINARDI PERON, E.; FALCHERO, S. Preference or preferences for landscape? **Journal of Environmental Psychology**, v. 14, n. 3, p. 195-209, 1994. doi: [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(94\)80056-1](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(94)80056-1).

- RISSO, L. C. Vivências paisagísticas como caminhos para novas percepções e experiências. **Geograficidade**, v. 10, n. especial, p. 309-323, 2020. doi: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2020.100.a38362>.
- ROCHA, L. B. Fenomenologia, semiótica e geografia da percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, v. 4/5, p. 67-79, 2002/2003. Disponível em: <http://willians.pro.br/textos/Fenomenologia%20Semiotica%20e%20Geografia%20da%20Percepcao%20-%20Lurdes%20Bertol%20Rocha.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- SAÏD, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- SAÏD, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SERPA, A. Por uma geografia das representações sociais. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, v. 5, n. 1, p. 220-232, 2005. Disponível em: http://www.esplivre.ufba.br/artigos/AngeloSerpa_Olam5_2005.pdf. Acesso em: 8 abr. 2022.
- SILVA, L. L. S. Entre o cultural e o social nas abordagens geográficas. **Geographia**, v. 23, n. 50, p. 1-13, 2021. doi: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v23i50.a40772>.
- SILVA, L. L. S. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Geotemas**, v. 10, n. 2, p. 25-47, 2020a. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/2409>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- SILVA, L. L. S. Segredos da paisagem. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, v. 22, n. 2, p. 133-151, 2020b. doi: <https://doi.org/10.35701/rcgs.v22n2.665>.
- SILVA, L. L. S. A supressão da geografia no exercício da alteridade. **Geosaberes**, v. 9, n. 17, p. 1-13, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.26895/geosaberes.v9i17.620>.
- SILVA, L. L. S.; COSTA, A. A inadequação das regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo. **Geotextos**, v. 14, n. 1, p. 225-247, 2018a.
- SILVA, L. L. S.; COSTA, A. Cultura como comunidade imaginada: uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. **Geografias**, v. 16, n. 1, p. 27-41, 2018b. doi: <https://doi.org/10.35699/2237-549X.2018.19236>.
- SILVA, L. L. S.; PASSOS, J. S. R. A pluralidade das paisagens de guerra. **Revista de Geopolítica**, v. 9, n. 2, p. 13-28, 2018. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/208/202>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- SIMANDAN, D. Proximity, subjectivity, and space: rethinking distance in human geography. **Geoforum**, v. 75, p. 249-252, 2016. doi: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2016.07.018>.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- TORRES, M. A. Os sons da paisagem: entre conceitos, contextos e composições. **Geograficidade**, v. 8, n. 3, p. 141-154, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7341951.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- TUAN, Y.-F. Cultural geography: glances backward and forward. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 94, n. 4, p. 729-733, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3694090>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- TUAN, Y.-F. **Escapism**. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1998.
- TUAN, Y.-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- UNWIN, K. I. The relationship of observer and landscape in landscape evaluation. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n. 66, p. 130-134, 1975. doi: <https://doi.org/10.2307/621627>.
- VALENTINE, G. Whatever happened to the social? Reflections on the “cultural turn” in British human geography. **Norwegian Journal of Geography**, v. 55, n. 3, p. 166-172, 2001. doi: <https://doi.org/10.1080/002919501753129925>.
- WHITE, H. V. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1992.
- WHITE, H. V. Historiography and historiophoty. **The American Historical Review**, v. 93, n. 5, p. 1193-1199, 1988. doi: <https://doi.org/10.1086/ahr/93.5.1193>.
- WHITE, H. V. The question of narrative in contemporary historical theory. **History and Theory**, v. 23, n. 1, p. 1-33, 1984. doi: <https://doi.org/10.2307/2504969>.
- WHITE, H. V. The narrativization of real events. **Critical Inquiry**, v. 7, n. 4, p. 793-798, 1981.
- WHITE, H. V. Historicism, history, and the figurative imagination. **History and Theory**, v. 14, n. 4, p. 48-67, 1975. doi: <https://doi.org/10.2307/2504665>.
- WHITE, H. V. Interpretation in history. **New Literary History**, v. 4, n. 2, p. 281-314, 1973. doi: <https://doi.org/10.2307/468478>.
- WHITE, R. From wilderness to hybrid landscapes: the cultural turn in environmental history. **The Historian**, v. 66, n. 3, p. 557-564, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24453057>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- WILCOCK, A. A. Region and period. **Australian Geographer**, v. 6, n. 3, p. 39-40, 1954. doi: <https://doi.org/10.1080/00049185408702298>.
- WISHART, D. Period and region. **Progress in Human Geography**, v. 28, n. 3, p. 305-319, 2004. doi: <https://doi.org/10.1191/0309132504ph488oa>.
- ZELINSKY, W. Nationalism in the American place-name cover. **Names – A Journal of Onomastics**, v. 31, n. 1, p. 1-28, 1983. doi: <https://doi.org/10.1179/nam.1983.31.1.1>.

Contribuição dos autores:

Leonardo Luiz Silveira da Silva: pesquisa bibliográfica, elaboração do texto e discussão dos resultados.

Alfredo Costa: revisão metodológica, avaliação e discussão dos resultados, revisão e aprovação do manuscrito final.

Editor de seção:

Ricardo Mendes Antas Jr.

Recebido em: 3 maio 2022

Aprovado em: 27 jun. 2022

SILVA, L.L.S.; COSTA, A.